

O início das atividades do Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Eduardo Faraco *

A Comissão por mim designada em 17 de junho de 1968 para opinar sobre os procedimentos e diretrizes capazes de dar rápido prosseguimento às obras do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, chegou à conclusão que os seguintes fatores venham pesando sobre os mesmos:

1) falta de continuidade na orientação do empreendimento;

2) modificações parciais nos projetos, decorrentes dos avanços na tecnologia dos serviços, instalações e materiais hospitalares e, ainda, do impacto do progresso científico em geral sobre a medicina e o ensino médico, tudo sem a devida atenção à compatibilidade como o todo;

3) avanço da obra por pequenos incrementos, mediante concorrências sucessivas, nem sempre asseguradas a unidade de execução e a clara delimitação de responsabilidades;

4) deterioração de instalações executadas e deixadas longo desuso;

5) procrastinação de decisões quanto à definição de objetivos;

6) a estrutura gerencial incumbida da execução da obra foi muito débil para o vulto do empreendimento.

Em face disto, recomendou a Comissão fizesse a Universidade ver aos poderes competentes que se impunha uma tomada de posição decisiva quanto ao financiamento das obras do Hospital, sob a pena de não poder a Reitoria assumir o encargo de lhe dar prosseguimento.

A não obter tais recursos, as alter-

nativas seriam a perpetuação e o agravamento da situação reinante, o abandono da idéia, ou a destinação da obra para outros fins. Não se excluía desta apreciação a própria definição do status jurídico do futuro Hospital, como Fundação ou autarquia autônoma, de modo que sua vida orçamentária e financeira se processasse independentemente da Universidade.

Adicionalmente enfatizou a Comissão que a Universidade não poderia prescindir da colaboração de assessores especializados, quer no campo técnico quer na área médico-hospitalar.

Em atenção a essas recomendações da Comissão, decidi designar, em 2 de agosto de 1968, outra Comissão, sob a presidência do Professor Rubens Maciel, para planejar e coordenar a execução das obras do Hospital de Clínicas e a implantação dos respectivos serviços. Esta comissão caracterizou os problemas do Hospital de Clínicas da forma que passo a transcrever:

— geral — isto é, compreendendo as principais, senão todas, as especialidades médicas;

— de base — isto é, servindo como o centro mais categorizado, para onde serão enviados os casos complexos identificados na rede hospitalar e ambulatorial, com a qual o Hospital de Clínicas estiver articulado formal ou informalmente;

— de ensino — entrosado com os projetos pedagógicos formulados pelas unidades universitárias da área biomédica, em particular com os da Faculdade de Medicina da UFRGS, e participando nesses de forma orgânica;

* Professor Titular e Ex-Reitor da UFRGS.

— com entidade mantenedora *sui generis* — a qual deverá possuir, como característica, possibilidades semelhantes às de uma empresa privada: flexibilidade administrativa e liberdade de contratar serviços, fixar salários, fazer convênios e praticar outros atos administrativos, sem as peias habituais de administração pública. A Comissão supõe que a fórmula jurídica mais consentânea com estes abjetivos seria a de fundação, mas considera indispensável obter a respeito, parecer de juristas e administradores;

— com administração independente — significando isto que haverá uma cúpula administrativa própria, embora articulada com as unidades universitárias de áreas biomédica, especialmente com a Faculdade de Medicina, e contando com representantes destas;

— com um corpo clínico próprio e autodisciplinado — o que quer dizer que haverá um corpo médico caracterizado funcionalmente como pertencente ao Hospital e sujeito às regras do mesmo. Nada impedirá que um médico pertença, ao mesmo tempo, às hierarquias docente e hospitalar. O autodisciplinamento significa que o corpo clínico exercerá a vigilância técnica e ética sobre si mesmo, consoante os cânones habituais e legais da conduta médica.

A complexidade dos problemas analisados e comunicados a esta Reitoria por ambas as Comissões anteriormente referidas, destacavam, entre múltiplos aspectos, a indefinição quanto ao organismo competente para enfrentá-los, e, eventualmente, acionar as medidas pertinentes. Essas circunstâncias levaram-me a submeter a matéria à consideração do Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho. Em resposta, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, recebeu o Aviso Ministerial nº 659-BSB de 22-12-1969, que passo a transcrever:

“Aviso nº 659-BSB

Em 22 de dezembro de 1969”

Magnífico Reitor

Em 22 de julho de 1952, as obriga-

ções contratuais deste Ministério no tocante à construção do Hospital de Clínicas Médicas de Porto Alegre, foram transferidas para essa Universidade, na conformidade do Termo respectivo, celebrado e publicado no Diário Oficial da União de 4 de agosto daquele ano, Anexo IV.

“É de louvar-se, certamente, o esforço despendido por essa Reitoria no sentido da conclusão das obras correspondentes, para ensejar o pleno funcionamento do mencionado hospital, a fim de que o mesmo possa vir a preencher suas relevantes finalidades.

Não obstante, isso, entretanto, sem menos-cabo do esforço feito, peço vênica para encarecer a Vossa Magnificência a possível urgência na ultimização dos serviços que se fizerem necessários ao término das obras civis e das instalações ainda não executadas, além das providências de mister, no concernente à organização do hospital e consequente destinação de suas áreas.

Outrossim, para alcançar tais objetivos, Vossa Magnificência tem plena delegação de competência deste Ministério, para tomar as decisões julgadas necessárias, inclusive formulando consulta a órgãos colegiados e associações científicas ou de classe para o assessoramento devido; promovendo, ademais, os estudos necessários à definição dos equipamentos, que assegurem a definitiva operação do hospital, bem como sua aquisição e instalação; além da celebração de convênios de assistência médico-hospitalar com as instituições de previdência social e congêneres; e, ainda, orientando e decidindo quanto ao recrutamento, seleção e admissão de pessoal especializado, técnico e administrativo necessário ao funcionamento do mencionado hospital, respeitada a legislação pertinente.

Apresento a Vossa Magnificência protestos de consideração e apreço.
as). Jarbas G. Passarinho”

Entendeu a Reitoria que se impunha como requisito para solucionar a problemática do Hospital de Clínicas a sua institucionalização jurídica. Exaustivos estudos de eminentes juristas levaram-me a optar pela criação da empresa pública. Esta pareceu-me adaptar-se perfeitamen-

te aos fins visados pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, permitindo que sua administração se processasse de maneira simples e eficiente, servindo ao mesmo tempo a suas finalidades de suporte de ensino médico na Universidade, de assistência médico-hospitalar gratuita a número razoável de pacientes da comunidade, de cooperar nos planos de ensino de outras profissões vinculadas aos problemas de saúde e de promover a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, além de atender, no setor médico-hospitalar mediante convênios e contratos, segurados e beneficiários do INPS ou de outras entidades públicas e privadas, bem como pacientes particulares que a ele procurem para tratamento.

A complexidade dos serviços que dessa múltipla atividade resultam, a plasticidade que precisa ter a administração para atendê-la com as diferenciações e as qualificações adequadas à manutenção do mais alto nível de atendimento possível, bem como a autonomia necessária para assim agir, sem as limitações naturais dos outros tipos de órgãos públicos só se realizam e integram numa empresa pública.

Por meio desta, o órgão do Estado investe-se do caráter empresarial, adotando as formas de ação do direito comercial, e fica submetido à disciplina correspondente, com o propósito de intervir com eficácia e oportunidade, no setor econômico.

Em declaração pública o Excelentíssimo Senhor Presidente da República enfatizou que decidira sancionar essa Lei em Porto Alegre, como prova inequívoca de seu aprêço pela adequação do instrumento jurídico eleito pela Reitoria para atingir os objetivos visados.

Uma vez constituída a Administração Central da Empresa Pública Hospital de Clínicas de Porto Alegre, procurou-se, com recursos humanos da própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazer um levantamento da situação do Hospital, até a instituição da Empresa, para daí resultarem planos visando sua operacionalidade, o estabelecimento de prioridades para a respectiva implementação, em módulo sucessivos, conforme já se cogitara anteriormente.

Partindo de um organograma experimental e estabelecendo um cronogra-

ma para a solução dos diferentes problemas que se antepunham ao grupo que iniciou a implementação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o equacionamento dos mesmos permitiu o encontro de soluções para quase 80% das necessidades relacionadas em relatório anterior, da primitiva Comissão Central de Planejamento (págs. 33 a 42 Edições UFRGS. Documento HCM). Á guiza de exemplo, convém referir certas instalações hospitalares básicas, tais como: a Central Térmica, composta de duas unidades, uma geração de vapor (atualmente gerando 12 toneladas por hora) e outra unidade de água quente (apta a fornecer 30.000 litros por hora); a Cozinha Central, já em funcionamento e com possibilidade de dispensar até 5.000 refeições por dia; as Centrais de ar condicionado que proporcionam 600 toneladas de refrigeração das 2.000 toneladas previstas; a Central de ar comprimido, vácuo e protóxido de azoto, para suprimento das áreas de cirurgia, recuperação e tratamento intensivo, bem como outras áreas hospitalares, no caso específico do oxigênio; a Lavandaria equipada com lavadeiras extratoras de dupla boca, condicionador, estufas de secagem e prensas, constituindo uma unidade automática com capacidade de processar cerca de uma tonelada de roupa por hora; a Central de Esterilização com auto-claves rápidas a vapor saturado e a óxido de etileno, além de equipamento ultrassônico para limpeza de material cirúrgico, etc.

Aspectos fundamentais referentes à distribuição e modificação de áreas físicas já existentes foram solucionados, com raras exceções, dentro de prazos previstos, o que permitiu o funcionamento da primeira parte do Ambulatório (31 dos 92 consultórios) no dia 1º de fevereiro do corrente ano, compreendendo todas as especialidades médicas e atingindo, agora, o número de 4.000 consultas por mês.

De forma simultânea, o Laboratório de Patologia Clínica, com suas diferentes unidades executando a quase totalidade dos exames laboratoriais mais comumente utilizados como meios diagnósticos auxiliares, chega atualmente a perfazer número superior a 5.000 exames mensais, tanto em pacientes do próprio Hospital, como em outros provindos de fontes diversas.

Integrante ainda, do 1º Módulo, o Serviço de Radiodiagnóstico deu início a suas atividades em 15 de março do corrente ano e está atualmente com um índice de 60 exames diários, aproximando-se rapidamente da autosuficiência em matéria de custos.

Essa autosuficiência já foi atingida pelo Serviço de Medicina Nuclear, executor, presentemente, de cerca de 120 exames mensais.

Em pleno funcionamento também está o Serviço de Registros Gráficos, limitado, por hora, à execução de eletrocardiogramas, em número que ultrapassa a 200 por mês.

Coincidentemente com o término da implementação do primeiro módulo que inclui a cirurgia ambulatorial e serviços de urgência, teve início agora o segundo módulo com os primeiros 48 leitos destinados à Medicina Interna, implementação da primeira parte do Laboratório de Anatomia Patológica, a Unidade de Electroencefalografia, o Serviço de Anestesia, a Unidade de Hemoterapia e Serviços de Farmácia.

Com a finalidade de assegurar uma assistência adequada, tanto em ambulatório, como a pacientes internados, foi implantado, juntamente com os dois primeiros módulos, o Serviço de Arquivo Médico e Estatística, concebido nos moldes mais atualizados. Além disso, os impressos para uso em todos os setores do Hospital foram estudados e uniformizados. As rotinas médicas foram estabelecidas, com a introdução de um sistema único de fichas clínicas, reuniões semanais do corpo clínico, avaliações periódicas de fichas clínicas e criação de uma Comissão de Prontuários, que se reúne com regularidade, visando a manutenção ou elevação do nível dos mesmos.

Um anteprojeto de regulamento, no qual se incluem as normas da Residência Médica, foi estabelecido. Além disso, um sistema de comunicações, constante de alto-falantes, interfones, telefones e bips, está sendo testado no II Módulo (Inter-

nação), para eventual uso geral no Hospital.

Até aqui foi necessário manter os diferentes serviços em níveis puramente assistenciais, a fim de que uma estrutura suficientemente sólida permitisse o avanço a níveis superiores onde atividade docente e de pesquisa pudesse ter lugar. Neste ponto nos encontramos e as primeiras tentativas de proporcionar ensino estão previstas para um prazo bastante curto.

O recrutamento de docentes desta Universidade, para exercerem suas atividades no Hospital, se fará em número progressivamente crescente. Para que tal se realize, deverá ocorrer a ampliação do Ambulatório, já decidida com novos turnos de trabalho, bem como a definitiva destinação de áreas a outros serviços, tais como Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, Berçário, Centro de Tratamento Intensivo, Unidades de Psiquiatria, Cirurgia e Medicina Interna, tudo fazendo parte de um plano geral já proposto.

Dois importantes passos foram dados para a transferência progressiva do Corpo Docente pertencente a diferentes Unidades da Universidade, mormente aquelas interessadas nas ciências da área da saúde, com a assinatura de dois convênios entre a UFRGS e o HCPA, mediante os quais fica admitida a prestação de serviços de acordo com as necessidades comuns e transferências de recursos do Hospital para a Universidade ou desta para a Empresa.

Finalmente, convém salientar a experiência que ora se faz em matéria de previdência social, possibilitada pelo convênio assinado entre o INPS e o HCPA, em moldes que poderão representar — se bem sucedidos — talvez a solução para problema tão controvertido, além de estimular o estabelecimento de ligações cada vez mais estreitas entre Previdência Social e Ensino Médico.

(excerto de um relatório em maio de 1972).

IN MEMORIAM



PROFESSOR HARDY EBLING

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, perde com a morte do Prof. Hardy Ebling, um de seus professores mais ilustre. Homem de dedicação exclusiva ao ensino, pesquisa e organização universitária, deixa um vazio que perdura e entristece os seus inumeros alunos e professores de nossa universidade.

Doutor em Odontologia dedicou-se ao estudo da patologia oral. Seu livro "Cistos e Tumores Odontogênicos" já se encontra em sua 3ª edição, tamanho foi o interesse despertado no Brasil e exterior. Seus trabalhos na Organização Pan Americana de Saúde, e como coordenador do Projeto CABUL — Câncer bucal do Ministério da Saúde, e mais os 105 trabalhos publicados na especialidade fizeram com que a "International Association Dental Research" e a própria "American Academy of Oral Pathology" o nomeassem seu membro efetivo. Era um grande patrimonio científico não só da Faculdade de Odontologia da UFRGS, mas de toda medicina brasileira.

Seus amigos na Universidade do Rio Grande do Sul, especialmente na Disciplina de Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina, apresentam nesta sentida homenagem os agradecimentos por tudo o que o Prof. Ebling fez pelo engradecimento da Medicina Brasileira.

Prof. Ivo A. Kuhl